

---

Dossiê: Patrimônios imateriais afro-indígenas na América Latina:  
invisibilidades, história, lutas por direitos e novas epistemologias

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.46204>

**Interiorização do Atlântico e da Diáspora africana para a América:  
O modo de fazer afro-indígena na arquitetura de tradição colonial na  
Chapada da Diamantina\***

*Interiorization of the Atlantic and the African Diaspora to América:  
The Afro-indigenous way of doing things in colonial tradition architecture in Chapada da  
Diamantina*

*Interiorización del Atlántico y la Diáspora africana hacia América:  
La forma afroindígena de hacer las cosas en la arquitectura de tradición colonial en  
Chapada da Diamantina*

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus\*\*

<https://orcid.org/0000-0002-1377-8829>

RESUMO: O artigo tem o intuito de apresentar alguns resultados da pesquisa que tem como objetivo salientar a relevância da herança patrimonial mantida pelo modo de fazer afro-indígena na arquitetura de tradição colonial de terra na Chapada da Diamantina, na Bahia. A hipótese levantada é que esse espólio cultural foi mantido, pois tais sujeitos históricos aplicaram conhecimentos

---

\* O intuito do artigo é apresentar alguns resultados da pesquisa denominada *Interiorização do Atlântico e Diáspora: os modos de fazer africano na arquitetura de tradição colonial em Ilhéus e na Chapada da Diamantina*, cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP) da UESC sob o número SEI 073.11045.2023.0006832-81 e financiada pelo Programa de Apoio à Pesquisa da UESC – PAP/UESC, da PROPP e desenvolvida no Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) e no Programa de Pós-Graduação História (PPGH) da UESC-Ilhéus-Bahia.

\*\* Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) e do Programa de Pós-Graduação em História do Atlântico e da Diáspora Africana (PPGH) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - Ilhéus, Bahia. Graduado, Mestre e Doutor em História (UNESP) e pós doutor em História e Patrimônio Cultural (IFCH-UNICAMP). Pesquisador e Vice-Diretor do *Centro de Estudos do Atlântico e da Diáspora Africana* (CEAD-UESC) e líder do Grupo de Pesquisa *Patrimônio Cultural, História e Memória: Dimensões Atlânticas e Diáspora Africana* (CNPq/UESC). Atualmente trabalha com temas ligados à História do Brasil, memória e patrimônio cultural afro-diaspórico e atlântico. Dentre os últimos artigos resultantes de pesquisas em tais áreas destacam-se: “Entre escravos e taipas: o modo de fazer africano na arquitetura paulista”. *Revista História*, 39, (2020): 1-34, “Modernismo e decolonialismo nas políticas oficiais de preservação do patrimônio cultural brasileiro: narrativas de exclusão e as evidências de contribuições da cultura africana na arquitetura de tradição colonial em São Paulo” (séculos XVIII-XIX). *Diálogos*, 27, n. 2 (2023): 147-172 e “O Patrimônio Industrial e a Cultura Ferroviária atlântica no Brasil e Portugal. *Revista Faces da História*, 10, n. 1 (2023): 27-56. E-mail institucional: [cgnjesus@uesc.br](mailto:cgnjesus@uesc.br).

especializados nessas edificações por meio da técnica construtiva denominada taipa de mão, especialidade trazida através do Atlântico por meio da diáspora africana para a América, que foi interiorizada e apurada em contato com o conhecimento arquitetônico dos povos originários no processo de ocupação da região. Para tanto, foi desenvolvida uma metodologia interdisciplinar que se concentrou na análise de bens arquitetônicos e de saberes imateriais preservados, tomados como documentos históricos.

Palavras-chave: Modo de fazer afro-indígena. História atlântica e diáspora africana para América. História regional da Bahia. Arquitetura de tradição colonial. Patrimônio cultural.

ABSTRACT: The article aims to present some research results that aim to highlight the relevance of the patrimonial heritage maintained by the Afro-indigenous way of doing things in the architecture of the colonial land tradition in Chapada da Diamantina, in Bahia. The hypothesis raised is that this cultural heritage was maintained, as these historical subjects applied specialized knowledge in such buildings through the construction technique called rammed earth, a specialty brought across the Atlantic through the African diaspora to America, which was internalized and refined in contact with the architectural knowledge of the original peoples in the process of occupation of the region. To this end, an interdisciplinary methodology was developed that focused on the analysis of preserved architectural assets and intangible knowledge, taken as historical documents.

Keywords: Afro-indigenous way of doing things. Atlantic history and African diaspora to América. Regional history of Bahia. Colonial tradition architecture. Cultural heritage.

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo presentar algunos resultados de una investigación cuyo objetivo es resaltar la relevancia del patrimonio patrimonial mantenido por el modo de hacer afroindígena en la arquitectura de la tradición territorial colonial en Chapada da Diamantina, en Bahía. La hipótesis planteada es que este patrimonio cultural se mantuvo, ya que estos sujetos históricos aplicaron conocimientos especializados en dichas edificaciones a través de la técnica constructiva denominada tierra apisonada, especialidad traída a través del Atlántico a través de la diáspora africana hacia América, que fue internalizada y refinada en contacto con la arquitectura. conocimientos de los pueblos originarios en el proceso de ocupación de la región. Para ello, se desarrolló una metodología interdisciplinaria que se centró en el análisis de bienes arquitectónicos preservados y conocimientos intangibles, tomados como documentos históricos.

Palabras clave: Manera afroindígena de hacer las cosas. Historia atlántica y diáspora africana hacia América. Historia regional de Bahía. Arquitectura de tradición colonial. Herencia cultural.

### Como citar este artigo:

Jesus, Carlos Gustavo Nóbrega de. “Interiorização do Atlântico e da Diáspora africana para a América: o modo de fazer afro-indígena na arquitetura de tradição colonial na Chapada da Diamantina”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 2 (2024): 198-225.

\*\*\*

### Introdução

O propósito das linhas a seguir é apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa científica no campo da História Atlântica e da diáspora africana para a América. O foco principal é destacar a relevância da herança patrimonial mantida pelos modos de fazer dos escravizados africanos e dos povos originários na arquitetura de tradição colonial com terra, especificamente a partir da técnica denominada taipa de mão.<sup>1</sup> A análise se concentrará na etapa da investigação realizada na Chapada da Diamantina, região central do Estado da Bahia.<sup>2</sup>

Nesse caso, optou-se pelo estudo das casas de “tradição colonial” de Rio de Contas, Mucugê e Lençóis, cidades que tiveram seu desenvolvimento devido à extração de ouro e diamantes, entre os séculos XVIII e XIX. O termo “tradição colonial” foi cunhado na investigação para denominar bens que mantiveram características arquitetônicas coloniais, mas que, na sua maioria, foram erguidos a partir da metade da década de 40 do século XIX, período do auge da extração diamantina na região. Dentre as características coloniais destes bens destaca-se justamente a arquitetura com terra, técnica muito utilizada no período da colonização, quando se presenciou o largo uso desse tipo de construção devido sobretudo à abundância “de matéria prima – o barro

---

<sup>1</sup> As designações para tais técnicas são várias: pau a pique, taipa de mão, taipa de sebe e taipa de sopapo, referentes às variações linguísticas regionais, “[mas] [...] estes termos, pelo menos em sua origem, não designavam a mesma técnica: o pau a pique designa uma série de paus verticais colocados lado a lado sem necessariamente algum revestimento ou enchimento; enquanto que a taipa de mão está diretamente associada ao revestimento com terra da fresta entre estes galhos verticais do pau a pique [...] Por sua vez, a taipa de sebe [...] consiste no preenchimento com terra dessa cerca, onde os galhos verticais são fincados no chão ou em outra peça de madeira, e os mais finos são postos na horizontal [...] Finalmente, a especificidade da taipa de sopapo deve-se à forma com que se faz este preenchimento. Aqui são formadas bolas que são arremessadas a certa distância da estrutura da parede. Daí o nome sopapo”. (Rezende e Lopes 2022, 28-29, grifo nosso). Para Olender (2006, 16-17) há três principais grupos de soluções construtivas feitas com terra, a taipa de mão pode ser classificada como 2) “construções com terra: processada, usada em diferentes consistências dependendo da quantidade de água empregada”.

<sup>2</sup> No total, o território chapadino abriga 58 municípios, localiza-se na porção central do Estado da Bahia e caracteriza-se por um relevo diversificado, com altitudes que variam de 400 a 2.000 metros, abrangendo serras, planaltos, vales e rios que formam um ecossistema de grande biodiversidade. A região corresponde ao Cráton do São Francisco, uma das mais antigas formações geológicas da América do Sul, com cerca de 1,2 bilhões de anos. Tais características foram fundamentais para a formação de jazidas de diamantes, que mais tarde moldariam a história econômica e social da região.

vermelho, à relativa facilidade de execução, à satisfatória durabilidade e às excelentes condições de proteção que oferece [...]” (Colin 2010, 4).

A esse respeito outra questão relevante apontada pela pesquisa é que tal técnica foi aplicada em casas de grupos sociais abastados ligados à mineração na região, exatamente em um momento em que “tudo que podia ser associado à Era Colonial [...] passou a ser tido como de mau gosto, [estabelecendo] [...] a narrativa estigmatizada de que, principalmente, a construção de taipa de mão era sinônimo de pobreza e ou atraso” (Vieira 2017, 105 e 239).

Por isso, acredita-se que, mesmo estigmatizada, tal prática construtiva de terra foi adotada na Chapada em moradas da elite da época por dois motivos: o primeiro porque foi parte de uma tecnologia vernacular altamente resistente e especializada; segundo, por essa técnica ser a mais utilizada pelos escravizados de origem ou herança africana e ou mestiça, a principal mão de obra utilizada para esses fins naquele momento (Weimer 2014b; Jesus 2020).

Assim, inicialmente, essas evidências permitiram estabelecer a hipótese de que esse conhecimento construtivo especializado, trazido por alguns grupos étnicos oriundos da África na condição de escravizados, foi aplicado nas “casas dos brancos” da Chapada.<sup>3</sup> Contudo, ao longo da pesquisa, surgiram novos indícios de que, na região, esse método de construção também se desenvolveu a partir do diálogo com outro tipo de conhecimento local e específico, a prática construtiva indígena, grupo que também utilizava a arquitetura com terra. Dessa forma, acredita-se que essa relação sincrética contribuiu para o surgimento de uma forma particular de construir em terra que permanece até os dias atuais como uma característica marcante da arquitetura de tradição colonial da região.

Tais questões levantadas foram tomadas como elementos para uma revisão no campo da história social e da historiografia da arquitetura, da qual boa parte de seus estudiosos, ainda, se ressentem da dificuldade em enxergar o agenciamento de africanos e indígenas no patrimônio de tradição colonial no Brasil. Quando o fazem, continuam partindo de um quadro explicativo redutivo, baseado no argumento de que a originalidade de tais culturas só se expressou a partir da hibridação com a suposta genialidade europeia (Jesus 2020; Jesus 2023; Weimer 2014b).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Nesse caso, se tomou emprestado o termo “casas dos brancos” de Gunter Weimer, que usou tal expressão para diferenciar as moradas dos brancos das Senzalas e os Enxovais. Segundo ele, por meio do escrito de viajantes como Louis Léger Vauthier, pode-se notar a influência das técnicas africanas nessas casas dos brancos: “[...] casa de pau a pique com paredes revestidas de taipa [...] o que já aproxima esse conjunto muito mais de aspectos africanos que ibéricos. Mas não é só isso. A casa construída ao nível do solo (ou, provavelmente, pouco acima do mesmo), a individualização das diversas funções, o alpendre como prolongamento da casa, a choupana dos fundos, tudo remete mais às costas do Atlântico Sul que às do extremo norte” (Weimer 2014b, 228-232).

<sup>4</sup> Nesse caso, deve-se concordar com a historiadora Silvia Hunold Lara (1998, 33), que aponta para a exclusão dos negros na história social do trabalho, ou seja, mesmo numa sociedade em que o mundo do trabalho era dominado

Dessa forma, procurou-se contrapor a essa leitura e focar nos resultados obtidos na pesquisa de campo realizada em torno dos bens de tradição colonial presentes na região da Chapada da Diamantina. Essa operação ocorreu por meio de propostas investigativas que visavam compreender a cultura material estudada como um documento histórico que, devido às suas características vernaculares, revelou indícios de modos de fazer e saberes, o que, por sua vez, também contribuiu para questionar a tradicional dicotomia que existe no campo do patrimônio cultural, que opõe cultura material e imaterial. Assim, defendeu-se que, diferentemente da historiografia da arquitetura (Weimer 2014b, 231), o diálogo entre práticas africana e indígena não produziu um modo de fazer miscigenado, mas sim contribuiu para manter parte das especificidades das técnicas de cada uma dessas culturas, o que resultou em um novo método construtivo sincrético, produto dessas relações dialógicas.

Essa constatação nos possibilitou denominar tal saber como uma técnica construtiva afro-indígena, entendendo o conceito como algo que não está no campo “da ordem da identidade, nem mesmo do pertencimento, mas da ordem do devir, do que se torna, do que se transforma em outra coisa diferente, do que se era e que, de algum modo, conserva uma memória do que se foi” (Mello 2003, 95).

Assim, dentro dessa proposta teórica específica concordou-se que o modo de fazer afro-indígena, não se reduz a uma “justaposição de duas influências ou formas de expressão [...] distintas e irreduzíveis”, nem mesmo a “uma relação de proximidade entre dois mundos paralelos”, mas de “uma fusão ou intersecção entre esses dois mundos”, resultando em algo novo (Mello 2003, 96).

De acordo com essa chave interpretativa, julgou-se que a técnica construtiva de taipa de mão na arquitetura diamantina de tradição colonial foi produto da intersecção entre as culturas africanas e indígenas, que se desenvolveu justamente pela interiorização de saberes atlânticos, trazidos por escravizados em encontro com os povos originários. O que dá credibilidade a hipótese que o conceito de afro-indígena é “acionado em relação a determinadas circunstâncias e se refere a uma forma de expressão ou linguagem e não a uma identidade ou essência” (Mello 2014, 213). Assim, foi possível afirmar que a expansão em direção do sertão baiano, foi fundamental para o desenvolvimento e afirmação de tal técnica intercultural empregada na arquitetura desses bens presentes na região.

---

quase exclusivamente por essa mão de obra escravizada, os negros não eram vistos como sujeitos históricos. Essa omissão a respeito da contribuição africana na arquitetura brasileira é evidenciada também por Gunter Weimer (2014b, 9).

---

Para dar conta de tais questões epistemológicas, construiu-se um método interdisciplinar que operou a interlocução da História com diferentes campos do saber como: Arquitetura, Arqueologia e Antropologia, a fim de buscar o entendimento de que a preservação dessa herança se deve a tecnologia especializada empregada nesses bens. Sendo assim, pode-se assegurar que a pesquisa partiu de uma crítica decolonial, pois possibilitou questionar a centralidade europeia nas construções de bens de tradição colonial, dando lugar a uma proposta focada no agenciamento africano e indígena. A afirmação está de acordo com a proposta da arquiteta argentina Marina Waisman (2013) para quem se deve operar uma reflexão sobre a centralidade da herança epistemológica europeia no campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, questionando pressupostos hierárquicos historicamente normatizados.

Tais propostas serão apresentadas em duas partes. Na primeira denominada “Interiorização do Atlântico e Diáspora: as condições para o desenvolvimento dos modos de fazer afro-indígena na Chapada Diamantina” iremos apresentar subsídios para a tese de que a interiorização das práticas atlânticas concorreu para que tal herança cultural ali se formasse e se preservasse. Na segunda: “Cultura material e patrimônio imaterial: os bens de tradição colonial da Chapada da Diamantina e os modos de fazer africano e indígena”, o intuito é mostrar os caminhos que possibilitaram a solidificar a hipótese de que a técnica de taipa de mão aplicada na região é uma técnica singular afro-indígena, produto de tal diálogo intercultural, preservada no sertão baiano.

### **Interiorização do Atlântico e Diáspora: as condições para o desenvolvimento dos modos de fazer afro-indígena na Chapada da Diamantina**

A região da Chapada da Diamantina na Bahia foi habitada pelos índios Maracás e a empresa colonizadora na região iniciou-se nas cabeceiras dos rios Paraguaçu, Jacuípe e Jequiriçá, quando as serras do Orobó e do Sincorá foram ocupadas a partir de 1671, como resultado das "bandeiras", que carregaram consigo africanos e outras etnias indígenas, na maioria das vezes em condições de escravizados. Com um princípio de desenvolvimento pecuário, já no começo do XVIII deu-se início a extração aurífera na região, o que marcou um período de intensa exploração e migração. Segundo Lins e Santana (2017), as descobertas de minérios se deram na atual cidade de Jacobina, no norte da Chapada e, na sequência na cidade de Rio de Contas, no sul. Nesse momento, tal mineração predominantemente aurífera permitiu a construção da cidade “cuja importância comercial e cultural se destacou no contexto estadual e nacional” (Pereira e Amaral 2022, 244). No entanto, a exploração de ouro decaiu em compasso com a descoberta de diamantes em 1844, onde

---

hoje se situam as cidades de Mucugê e Lençóis, fase mais bem-sucedida da história da Chapada Diamantina.

Aos poucos tal espaço se tornou um dos principais polos diamantíferos do Brasil, também atraindo um intenso fluxo migratório para essa microrregião, inclusive, contando com um número expressivo de escravizados libertos ou em fuga.<sup>5</sup> A partir de então, ao longo do tempo a extração e garimpo de tal pedra tornaram a Bahia a maior produtora de diamantes do mundo, com Lençóis tornando-se o segundo centro de desenvolvimento econômico do Estado (Brasil 2005).

Assim, a extração de diamantes a partir de Mucugê e Lençóis possibilitou a fundação de vários outros núcleos urbanos, os quais preservam até hoje suas características históricas e arquitetônicas daquele momento. Mas, esse apogeu da exploração do garimpo de diamantes também viveu um rápido declínio, culminando em sua decadência física e econômica com anos mais tarde. Deve-se destacar que a ação da extração de ouro e depois diamantes resultou em uma exploração intensa dos trabalhadores, muitas vezes em condições de escravidão, muitos levados do litoral, do recôncavo baiano ou de outras regiões do país para o sertão diamantino.<sup>6</sup>

Devido a relevância de tal momento histórico para o desenvolvimento em direção ao sertão baiano, o conjunto arquitetônico e paisagístico de Lençóis foi tombado em âmbito Federal em 1973 e os de Mucugê e Rio de Contas em 1980 (Brasil 2005). Com isso, a presença de uma arquitetura com terra empregada em tais bens na região da Chapada foi lembrada nos principais estudos feitos pelos órgãos de preservação. Dentre eles destaca-se o que resultou no “Inventário do Instituto do Patrimônio e Artístico Cultural da Bahia”. Com o incentivo do Programa Cidades Históricas (PCH), esse estudo teve dentre suas finalidades a preservação e restauração dos sítios urbanos do Nordeste e no desenvolvimento da atividade turística na região.<sup>7</sup> Sobre a arquitetura

---

<sup>5</sup> A falta de vigilância e da presença forte do Estado na região das minas baianas fez com que tal espaço pudesse ser visto como uma oportunidade pelos escravizados em fuga ou libertos. De acordo com Eduardo Silva (1997, 32) “muitos libertos que vegetavam à margem do sistema em Salvador, no recôncavo ou mesmo no alto sertão, viram a riqueza dos diamantes como uma possibilidade de integração e também de ascensão social”

<sup>6</sup> Há uma produção relevante que trata dessa questão, dentre estas pode-se destacar algumas Dissertações de Mestrado como de: Maria Cristina Dantas Pina. *Santa Isabel do Paraguassú: Cidade, Garimpo e Escravidão nas Lavras Diamantinas, século XIX* (2000); Glaybson Guedes Barbosa da Silva. *Homens com sonhos de riquezas inexauríveis: virilidade, ambição e violência nas Minas de diamantes de Lençóis (1850-1870)* (2012); Kátia Lorena Novais Almeida. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia, século XIX*. (2006). Gabriela Amorim Nogueira. — *Viver por si, viver pelos seus: famílias e comunidade de escravos e forros no — Certam de Cima do São Francisco (1730 – 1790)* (2011), Napoliana Pereira Santana. *Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 – 1880)* (2012).

<sup>7</sup> “O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, também conhecido como IPAC/SIC, foi executado na década de setenta do século XX, sob coordenação do arquiteto Paulo Ormino de Azevedo, através da Secretaria da Indústria e Comércio/Coordenação de Fomento ao Turismo, Governo do Estado da Bahia. Constituiu-se como iniciativa pioneira no Brasil, utilizando como base o sistema desenvolvido pelo Conselho de Cooperação Cultural da Europa para o fichamento de monumentos, o qual era usado por várias nações. [...] Trata-se de um inventário sistemático que inclui não apenas os bens tombados, mas também monumentos que à época não eram reconhecidos como tal, mas já eram considerados como ameaçados.”. SIPAC. Sistema de Informação do Patrimônio Cultural da

---

das lavras diamantinas da Chapada Diamantina, Paulo Ormino de Azevedo que participou de tal processo ressaltou:

Na faixa de mineração de diamantes, isto é, na vertente oriental do planalto, colonizada em meados do século passado por garimpeiros, na maior parte originários da Comarca do Serro do Frio, o padrão arquitetônico é o mineiro: construções mais leves e coloridas, onde os vazios prevalecem sobre os cheios. A estrutura é geralmente em madeira, independente da vedação, que pode ser **de pau-a-pique** ou adobe. As construções mais antigas são térreas, semelhantes às das zonas auríferas. Os sobrados surgem logo a seguir e seus vãos já denotam influências ora do Neo-Clássico ora do Neo-Gótico, que ali se difundiu muito cedo (Azevedo 1980, grifo nosso).

Em estudo mais recente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dedicou um “Cadernos de Memória” ao Patrimônio Cultural da Chapada Diamantina, denominado *Mestres artífices- Bahia. Cadernos de Memória* (2017), publicação que foi resultado do trabalho do “Inventário Nacional das Referências Culturais dos Mestres e Artífices da Construção Civil Tradicional na Chapada Diamantina”. O objetivo de tal trabalho foi registrar os processos de técnicas construtivas na região por meio de práticas e mestres que ainda as dominavam. Nesse sentido, foi destacada a presença da prática da arquitetura com terra nos dias atuais: “De forma homogênea, as técnicas construtivas utilizando a terra foram encontradas em todos os municípios da Chapada. [...] é comum o preparo do barro e o levante das construções, principalmente as construções em adobe e taipa de mão [...]” (Lins e Santana 2017, 104, 151-152).

Mas, em nenhum desses trabalhos foi apresentada uma análise aprofundada a respeito das matrizes culturais de tais construções com terra. As análises focaram no processo de colonização e de forma panorâmica no papel da miscigenação, diluindo as especificidades das heranças africanas e indígenas, juntamente com as europeias, em uma narrativa de homogeneização em prol de uma identidade nacional. (Lins e Santana 2017, 83).

Assim, para buscar evidências das heranças dos modos de fazer na arquitetura de terra na Chapada, foi necessário, antes, se apoiar nos pressupostos teórico-metodológicos da História Atlântica e nas discussões acerca da diáspora africana para América, já que, como foi afirmado, as especificidades das construções com terra no Brasil são parte da herança afro-diaspórica, trazida por trabalhadores em condições de escravidão (Weimer 2014b; Jesus 2020; Jesus 2023).

Tal perspectiva epistemológica está ligada ao contexto histórico de aumento de contatos europeus com o denominado Novo Mundo, no século XVI, quando os continentes que margeiam

---

Bahia. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/documentacao-e-memoria/ipac-sic/>. Acesso em 07 de outubro de 2024. O trabalho foi publicado em seis volumes, ficando o quarto volume dedicado à região das cidades oitocentistas diamantinas baianas.

---

o oceano Atlântico — as Américas, a Europa e a África — passaram a constituir um sistema regional ou uma esfera comum de intercâmbio econômico e cultural.

Por isso, partiu-se de uma história transnacional ou pensada a partir da perspectiva de sistema que buscasse romper com a tendência historiográfica tradicional e eurocentrada, focada em locais determinados e dentro das fronteiras nacionais. O intuito foi salientar as trocas de diferentes culturas sob a perspectiva do denominado “ambiente Atlântico”. Nesse caso viu-se como necessário estabelecer a proposta de não redução ao oceano geográfico, privilegiando sua relevância e alcance para além dele, ou seja, buscou-se dialogar com uma perspectiva de um Atlântico histórico e amplo, a fim de entendê-lo não apenas como um “veículo de circulação, mas também com um espaço com o qual bens e pessoas foram criadas, definidas e transformadas” (Games 2008, 755). Assim, o interesse espalhou-se para as relações da parte com o todo, ou com que Armitage (2014, 207) preferiu denominar de uma História “cis-atlântica”, ou seja, o estudo dos

[...] lugares particulares como localidades singulares dentro de um mundo Atlântico, [buscando] definir essa singularidade como o resultado da interação entre particularidades locais e uma rede mais ampla de conexões (e comparações) (Armitage 2014, 207, grifo nosso).

Desta forma, considerou-se as conexões estabelecidas no oceano, ou seja, a formação de comunidades atlânticas a partir da movimentação de pessoas, mercadorias, trocas culturais, aspectos políticos e administrativos, conectando o contexto global com as comunidades específicas (Bailyn 2005). Tal discussão revelou um pano de fundo mais instigante, ou seja, o de uma América atlântica, pensada além das fronteiras do Estado Nação, o que possibilita pensar em uma estreita ligação entre o Brasil e a África, consubstanciada pela diáspora africana, advinda de um intenso tráfico negreiro para as Américas até o século XIX. Nesse sentido, deve-se pensar na África dentro do Brasil e vice e versa, situação que auxiliou a entender que através de seus modos de fazer, grupos africanos ou de herança afro-diaspórica não apenas sobreviveram em terras brasileiras, mas também viveram e ajudaram a inventar o Brasil.

Assim, ao tomar como exemplo o estudo das perspectivas das histórias atlânticas conectadas cunhou-se na pesquisa a ideia de “interiorização atlântica”, ou seja, a difusão de práticas e experiências circulares do litoral em direção ao interior do país, especificamente no caso da pesquisa, para o sertão baiano. Nesse sentido, o entendimento é que a experiência atlântica foi além do litoral brasileiro, justamente porque o oceano histórico e não geográfico possibilitou uma maior comunicação e fluxos culturais e econômicos entre as rotas continentais para o interior do continente. Tais conexões ocasionaram trânsitos culturais, trocas de experiências, práticas, costumes, valores e identidades de diferentes grupos.

O conceito surgiu a partir do diálogo com os estudos de Junia Furtado (2006, 19) para quem os mecanismos da interiorização do império ultramarino foram feitos por “homens de negócios” que acabaram por criar uma rede de circulação de bens materiais, mas também, de experiências, de ideias e culturas. De acordo com uma outra pesquisadora, Jurema Machado Paes (2001, 26) que estuda o tropeirismo no Alto Sertão da Bahia, esses “homens de negócio” seriam os tropeiros que estabeleceram uma relação direta da economia e cultura do litoral com a região do sertão.

Mas, dentro de tal campo os estudos, foi Isnara Pereira Ivo (2012) que trouxe maiores elementos para o desenvolvimento da tese da “interiorização atlântica”, pois buscou ampliar a diversidade desses sujeitos históricos que possibilitaram a circulação cultural promovida no sertão. Para ela, a Coroa Portuguesa ao adentrar em regiões não litorâneas como o Alto Sertão da Bahia, Rio de Contas e Caetité (Ivo 2012, 32), possibilitou que diversos sujeitos (não somente homens de negócios e tropeiros) “vivenciassem, de forma conectada, as experiências de trânsito e de mobilidade verificadas em todo o mundo ultramarino” (Ivo 2012, 35). Tal situação foi possibilitada pelo que denominou como “homens de caminhos” (Ivo 2012, 20), que estimulados pela descoberta do ouro, ainda, no século XVIII no sertão baiano, exerceram um papel de “agentes integralizadores”.<sup>8</sup> Assim, eles fomentaram as conexões do espaço sertanejo com o mundo ultramarino, possibilitando que os conhecimentos europeus e africanos cruzassem o:

[...] Atlântico e se fizessem presentes no trabalho intelectual e material dos moradores dos sertões envolvidos na arte mineradora. [Por isso] os sertões foram o lócus não apenas do uso de diferentes idiomas europeus, africanos e indígenas, mas, o espaço das misturas biológicas e culturais que conduziram releituras de experimentos e ensaios de aplicação de formas de fazer e de consertar oriundas de diferentes lugares (Ivo 2012, 15 e 17, grifos nossos).

Nesse caso pode-se notar que o povo africano e sua descendência fez parte desse universo colonizador dos “homens dos caminhos”, contribuindo e deixando suas marcas. No entanto, para ela essas marcas ficaram no comércio e ou na condução “de toneladas de alimentos e coisas para si, para seus donos e para aqueles que contratavam seus serviços” (Ivo 2012, 18-19), ou seja, estavam distantes dos serviços altamente especializados como se sugere nas discussões da pesquisa aqui apresentadas. Além disso, mesmo ao salientar que o mundo do trabalho dos sertões pareceu abrigar um “mosaico de cores e formas, como também a diversidade de condições” (Ivo 2012, 17), a historiadora, ainda se mostrou presa a conceituação tradicional e homogeneizadora da mestiçagem ao denominar que esses “homens dos caminhos” ilustram, em “alguma medida, mestiçagens biológicas e culturais presentes na população colonial [...] , resultantes da mobilidade

---

<sup>8</sup> Interiorização no sentido “de interiorização da metrópole”, conceituação utilizada por Maria Odila da Silva Dias (2005), para mostrar o “enraizamento de interesses portugueses na colônia”.

e miscibilidade do mundo ultramarino português” (Ivo 2012, 18). Realidade difícil de se encaixar no trabalho da construção civil de taipa, feita, na maioria das vezes, por escravizados que eram quem dominavam tais técnicas. Assim, acredita-se que dentro dessa tríade étnica miscigenada apontada pela autora, essas duas condições, trabalhadores escravizados e especialidade em terra, apartariam a colaboração branca europeia de tal modo de fazer sertanejo.

Por isso, partiu-se da ideia que a contribuição da “interiorização atlântica” na prática do modo de fazer estudado, ou seja, um modo de fazer construtivo afro-indígena, se deu muito mais a partir do prisma da diáspora africana em consonância com a cultura indígena, o que possibilitou a difusão de tal prática nas Américas por meio da mão de obra em condição de escravidão.<sup>9</sup> No sertão essa situação possibilitou trocas e difusão de experiências variadas, que passaram pelo Atlântico, mas que foram além das costas brasileira e africana, extrapolando o tempo e espaço dessa grande concepção de mundo geográfico do oceano.

Além disso, deve-se destacar que diferentemente do que se propõe nos estudos historiográficos aqui mencionados, defende-se que a “interiorização do atlântico” não ocorreu com a total transposição da estrutura colonizadora do litoral para o interior. Pelo contrário, no que se refere principalmente ao colonizador europeu ou de herança europeia, este fixou profundamente sua estrutura no litoral, se preservando, pelo menos momentaneamente, de ocupar fisicamente as regiões mais distantes, iniciativa que delegou às bandeiras que carregavam consigo escravizados indígenas e africanos. Situação defendida por Albertina Vasconcelos que definiu o “sertão” como uma “extensa área de terra que serviu como obstáculo, restringindo a integral ocupação e controle da empresa colonizadora, por isso de terra de índios o sertão transmuta-se em terra de ninguém e em terra de alguns” (Vasconcelos 2015, 47).<sup>10</sup>

Desta forma, pode-se dizer que diferentemente do litoral, até um certo momento, o sertão baiano se preservou de uma influência diretamente europeia que poderia adicionar às práticas ali desenvolvidas, os modos de fazer dos colonizadores. Essa situação diferenciada gerou um ambiente favorável à recepção das tendências culturais instantaneamente apartadas de tal influência, dando

---

<sup>9</sup> Aponta a historiografia que o primeiro uso do termo diáspora foi realizado por George Shepperson em um Congresso Internacional de História Africana que ocorreu na Universidade de Dar es Salaam na Tanzânia em 1965. Mas pode-se dizer que o conceito de diáspora africana resume o período de quase quatrocentos anos da escravização europeia imposta aos africanos, por isso deve-se enfatizar o legado de nomes como W.E.B. Du Bois, Arthur Alfonso Schomburg, Anna Julia Cooper, CLR James, Eric Williams, entre outros, que ao trabalharem e difundirem o Pan-africanismo já pensavam o sentido de diáspora. Do ponto de vista acadêmico deve-se destacar os primeiros usos do conceito nos chamados Estudos Africanos, surgidos, também, na década de 1960 nas disciplinas de História da África e Estudos Afro-americanos, o que estimulou o primeiro Instituto de Estudos da Diáspora Africana criado na *Howard University* em 1979 (Alpers 2001).

<sup>10</sup> Para Erivaldo Fagundes Neves (2007, 10) “nos [...] países lusófonos, sertão serve para designar o ‘incerto’, o ‘desconhecido’, o ‘longínquo’, o ‘inferior’, o ‘inculto’, (terras não cultivadas e de gente grosseira)”.

uma maior oportunidade ao desenvolvimento de práticas imateriais diversas, dentre elas as de heranças africanas em diálogo com as dos povos dali originários.

Por isso, deve-se destacar a variedade de experiências transnacionais que foram trazidas pelos povos africanos e desenvolvidas a partir da circularidade cultural após sua chegada às Américas.<sup>11</sup> Com tal reflexão, buscou-se restaurar a África para o Atlântico além da perspectiva europeia ocidental, colocando-a na história não somente como um lugar associado à escravidão e ao tráfico de escravos, mas espaço de experiências, de movimento e circulação (Games 2006).

Diante de tais posicionamentos, pretendeu-se partir do entendimento de que, com a diáspora, os africanos carregaram para o sertão “heranças culturais relativamente variadas e especializadas” (Mann 2001). Proposta que se aproxima dos estudos dos antropólogos Sidney Mintz e Richard Price, baseados na ideia de que os escravizados africanos impactaram a cultura nas Américas a partir de sua capacidade de operar inovações e adaptações, que resultaram em um processo particular de modo de fazer nas moradas de arquitetura de terra, fruto de estratégias estabelecidas com vista às resistências. Tal exercício nos obrigou a pensar a história desses povos de forma interconectada, a partir de trocas e influências principalmente com as populações originárias da América portuguesa, que diferentemente do branco europeu, compartilhava o terreiro de obra e o saber da construção de terra com o negro africano ou afro-brasileiro.<sup>12</sup> Esse complexo processo de circularidade cultural operou-se dentro de uma relação dialógica, ou seja, ao mesmo tempo que a cultura advinda com a diáspora africana, por suas especificidades, tornou possível a manutenção dessa etnicidade, também adquiriu um caráter adaptativo e novo, estando sujeito às transformações do tempo, da sociedade e cultura que encontrou em terras americanas, possibilitando operar o diálogo com outros grupos, para assim desenvolver práticas tecnologicamente inovadoras dentro de uma realidade extremamente dinâmica.

Assim, nessa operação foi relevante para a pesquisa desvendar a bagagem trazida pelos africanos, identificando o que preservaram, mas o que também mudaram, aderindo outras práticas

---

<sup>11</sup> Desta forma, a ideia é se contrapor à “tese da sobrevivência” baseada na capacidade que os negros tiveram para sobreviver à opressão branca, mantendo relativamente intactas, suas expressões culturais trazidas da África, e, também, à “tese da catástrofe”, segundo a qual a escravidão teria representado uma catástrofe cultural para os africanos e seus descendentes nas Américas, relegando-os à aculturação (Holloway 1991).

<sup>12</sup> Segundo Stuart B Schwartz (2003, 14) a “interação e contato entre grupos indígenas e os africanos da diáspora é um dos aspectos menos estudados e compreendidos da história das Américas [...] á que a documentação sobre o relacionamento mútuo é esparsa, e sempre filtrada pelo olhar atento dos colonizadores. No Brasil, durante o regime colonial, negros e índios tinham muito em comum. Os dois grupos foram escravizados, sofreram com a criação da colônia portuguesa, ocupação das terras e regime de exportação agrícola. Mas esse paralelo de sofrimentos e tribulações dos afro-brasileiros e nativos americanos constituía apenas uma parte da história de suas interações resultantes das iniciativas da Coroa portuguesa e dos colonizadores que, por sua vez, alimentavam as hostilidades entre os dois grupos [...]”.

---

de culturas diversas, por meio de trocas sincréticas. Dentre estas, pode-se destacar as técnicas construtivas e saberes dos povos originários, como o uso da amarração com cipós nas construções de taipa de mão ou a disposição de tais casas em um pátio quadrado, modelo utilizado por alguns grupos étnicos indígenas como os tupi-guarani (Weimar 2014a, 14; Branco 1993; Costa e Malhano 1986). O que nos possibilita a pensar que tal modo de fazer presente na Chapada pode ser visto como um patrimônio imaterial afro-indígena, pois nesse processo destaca-se a “delimitação e o contraste de princípios cosmológicos ameríndios e afro-brasileiros, sem perder de vista nem suas especificidades [nem] [...] as condições históricas de seu encontro” (Goldmann 2014, 217, grifo nosso). Nesse sentido, entende-se o afro-indígena não como um modelo identificador de uma etnia ou grupo, mas sim:

[...] um meio, um intercessor por onde passam ideias, ações políticas, obras de arte e seres do cosmos, e, por outro lado, como um produto inacabado ou efeito provisório de encontros singulares que envolveriam fluxos de “história”, “memória”; pessoas e técnicas; uma relação de aliança entre antepassados africanos e indígenas [...] (Mello 2014, 223).

Com isso, o intuito foi justamente buscar uma leitura interpretativa que se afaste da narrativa branca colonialista que sempre buscou operar uma divisão dicotômica entre essas duas culturas a partir de uma chave hierárquica étnico e cultural. Assim, entendeu-se que tal divisão operada de forma matizada não justificaria a leitura essencialmente binária entre “afro” e “indígenas”. A maior evidência que tal separação foi artificialmente construída em prol de um discurso branco, cristão, enfim colonizador, é que por muito tempo, quando houve o interesse, tanto afros quanto indígenas foram denominados por “negros”, por estarem unidos em diferentes processos de uma semelhante forma violenta de exploração e conquista.<sup>13</sup> No caso do mundo do trabalho essa relação imbricada é estudada pelas pesquisas historiográficas que evidenciaram a profunda exploração que desumanizou no mesmo tempo e espaço, africanos e indígenas, ambos vítimas da “desterritorialização e reterritorialização” operada pela empresa colonizadora nas Américas. Por isso, em certa medida, deve-se concordar, que o encontro entre esses dois grupos foi produto desse agudo processo, que, por sua vez, gerou práticas inovadoras (Goldmann 2014, 215). Assim, a taipa de mão utilizada na arquitetura colonial da Chapada pode ser interpretada

---

<sup>13</sup> “Negros da terra” ou “negros brasis” eram expressões utilizadas pelos luso-brasileiros desde o século XVI para definir, de forma estereotipada e genérica, as várias etnias indígenas, como também, para diferenciá-las das africanas, então denominadas, com semelhante generalidade, de “negros da Guiné”. Segundo Stuart B. Schwartz (2003, 15-16) “em si mesmo, o termo negro implicava a condição servil. Era comum – embora isso não se observasse sempre – usá-lo como sinônimo de escravo. Já no século XVI classificavam-se como ‘negros da terra’ os indígenas, o que revela uma percepção do seu status servil, mais ou menos equivalente ao dos ‘negros da Guiné’. Mais tarde, em 1757, quando as missões indígenas da Amazônia foram secularizadas pelo sistema do Diretório, a ‘injusta e escandalosa’ prática de chamar os índios de ‘negros’ seria especificamente proibida”. Ainda, sobre os “negros da terra” conferir também o livro de título homônimo do antropólogo Jhon Monteiro (1994).

---

como uma “técnica de reaproveitamento ou reatualização por bricolage” (Mello 2003, 102). Isso significa que a união de vários elementos culturais afro-brasileiros e indígenas resultou em algo inédito, como práticas, saberes e “experiências históricas vividas de diferentes maneiras” (Goldmann 2014, 213) por africanos, afro-brasileiros e indígenas, proporcionada pela interiorização do Atlântico para o sertão baiano.<sup>14</sup>

### **Cultura material e patrimônio imaterial: os bens de tradição colonial da Chapada da Diamantina e o modo de fazer afro-indígena**

Nas páginas anteriores, buscou-se apresentar as condições que levaram ao desenvolvimento de um modo de fazer afro-indígena na construção com terra na arquitetura de tradição colonial da Chapada da Diamantina. No entanto, em escala nacional esse decisivo papel da tecnologia e dos trabalhadores africanos e indígenas na arquitetura colonial brasileira é ainda um tema pouco considerado pela historiografia especializada.<sup>15</sup> Além disso, tal silêncio é tributário da política nacional oficial para a preservação de patrimônio cultural ao longo de sua história no Brasil. Por aproximadamente sessenta anos o hoje denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), fundado em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), caracterizou-se por práticas de tons essencialmente colonialistas, eurocêntricas, de preferências culturais brancas e cristãs. Por isso teve grandes dificuldades em considerar as contribuições de origem africana e indígena no patrimônio cultural brasileiro. Quando tal participação era mencionada, na maior parte das vezes, ainda, parecia vinculada às contribuições supostamente decisivas brancas e europeias (Jesus 2020; Jesus 2023).

Nesse sentido, é exemplar o caso do Rio de Janeiro, que segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2009, 59) mesmo tendo sido “uma cidade quase africana durante a primeira metade do século XIX não teve tal informação registrada nos bens que ali são identificados como patrimônio cultural brasileiro, nem na leitura que deles fazem os órgãos de preservação”. A situação não seria diferente no estado da Bahia, que mesmo tendo em âmbito nacional o primeiro espaço de religião de matriz africana tombada pelo IPHAN nos 1980, viu por cinquenta anos o órgão oficial brasileiro

---

<sup>14</sup> Para o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1976), o conceito de bricolagem seria como um método de expressão através da seleção e síntese de componentes selecionados de uma cultura. Ele considerava a bricolagem como aquela que deveria ser a “primeira” ciência, que teve início com os povos primitivos e a sua maneira de organização cultural e modos de se relacionar com o meio ambiente para a sobrevivência coletiva. Para Kincheloe (2007, 30), “a bricolagem se dedica a uma forma de rigor que dialoga com inúmeros modos de produção de sentido e de conhecimento, que tem origem em diversos locais sociais”.

<sup>15</sup> No que se refere à historiografia da arquitetura brasileira, a participação ativa dos negros é muito pouco mencionada, pois segundo Gunter Weimar (2014b, 9, grifo nosso) existe: [...] um grande preconceito que perpassa a cultura brasileira [...] até admitimos que os indígenas nos ensinaram a tomar banho todos os dias e que os negros são bons no embalo do samba e batem uma bola de deixar gringos boquiabertos [...] [Mas para tais estudos] uma coisa, no entanto, está fora de dúvida: cultura, só a europeia! O resto é adereço”.

privilegiar, quase que exclusivamente, bens ligados ao catolicismo como as únicas representações do que se deveria entender como cultura religiosa brasileira.<sup>16</sup> No campo da arquitetura secular a situação é ainda mais delicada, pois tais contribuições foram amplamente ignoradas até o começo do século XXI, e as poucas vezes que apareceram foram apresentadas diluída no discurso de miscigenação (Jesus 2023).

Foi a partir da promulgação da Constituição de 1988, que tal situação caminhou na direção de uma sensível mudança. O artigo 216 da Constituição Federal ajudou a alargar o conceito de patrimônio cultural, extrapolando os bens denominados de pedra e cal e valorizando também os saberes e os modos de fazer (Brasil 1988). Situação que se solidificou a partir do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o qual instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, colaborando, ainda, para criar o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (Brasil 2000). Tais medidas ajudaram a aumentar, mesmo que de forma tímida, o interesse pela efetiva contribuição da cultura africana e indígena no patrimônio cultural brasileiro, beneficiando modos de fazer e saberes como, por exemplo, os sistemas construtivos como a taipa de mão (Jesus 2020; Jesus 2023).

Especificamente em relação à essa técnica, o arquiteto Gunter Weimer, afirmou que se trata de um saber especializado de sudaneses e bantos, que, não por acaso, são os principais grupos étnicos a emigrarem forçosamente da África para o Brasil, entre os séculos XVI e XIX (Weimer 2014b). No entanto, a respeito da participação dos indígenas nas construções de terra ele afirma que “as técnicas construtivas de terra empregadas no Brasil não eram utilizadas pelos povos originários”, pois: “[...] na arquitetura indígena não há paredes (ou no máximo, elas são prolongamento das águas da cobertura) e não empregavam taipa. Se os indígenas a utilizavam, era porque já haviam processado uma miscigenação com a cultura negra” (Weimer 2014b, 231).

Por outro lado, as primeiras documentações da colonização, mostram justamente o contrário. No texto do padre jesuíta Fernão Cardim, escrivão do padre visitador da Companhia de Jesus, Christovão Gouvêa, que chegou à Bahia em 1583, é marcado que os indígenas moravam: “em aldeia em umas ocas ou casas mui compridas [...] fundadas sobre grandes esteios de madeiras, com as paredes de palha ou **de taipa de mão**” (Cardim 1925, 307, grifo nosso.). Por isso, alguns,

---

<sup>16</sup> O ato ocorreu no Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, na Bahia e foi finalizado em 1986. Foi o segundo tombamento de bens ligados à cultura afro-brasileira, o primeiro foi a da “Coleção do Museu de Magia Negra”, em 1938. O processo foi fundamentado em juízo de valores que preconizava a cultura africana a partir de um olhar estereotipado (Jesus 2023, 158).

---

especialistas, principalmente arquitetos, compreendem que os dois grupos dominavam tal técnica no Brasil colonial:

Apesar de não ter sido devidamente documentado, e a recuperação dos dados históricos é muito difícil de ser realizada, os negros e os indígenas também influenciaram a forma da execução de taipas no período colonial, pois ambos conheciam processos construtivos que utilizavam a terra como matéria-prima. Algumas tribos brasileiras e outras africanas empregavam estruturas de madeira preenchidas com barro, que apresentam similaridades com as técnicas da taipa de mão[...] (Canteiro e Pisani 2006, 16).

Outros acreditam que a taipa de mão não era utilizada pelos povos originários para levantar suas moradas, mas sim, “faziam uso do pau a pique, apenas na elaboração de cercas de proteção” (Vieira 2017, 55). Já em estudos como a do arquiteto Igor Arnóbio Pinheiro de Carvalho (2020) nota-se o argumento que mesmo antes da chegada dos colonizadores e dos escravizados africanos, alguns grupos indígenas já desenvolviam uma técnica com um gradeado de madeira similar à estrutura de pau a pique, mas diversa da atual, que chegou ao território brasileiro apenas após a colonização.

Assim, é possível afirmar que tal discussão é um tanto quanto polêmica nos diversos campos do saber que tratam sobre o tema (Rezende e Lopes 2016). O que nos faz concordar que a questão carece de “pesquisa arqueológica de alcance suficiente para que se defina a utilização pelas populações indígenas da terra antes da chegada dos portugueses” (Rezende 2022, 248), o que extrapola os objetivos da pesquisa desenvolvida e os desse artigo.

Mas, diante de tais informações, é possível afirmar que a taipa de mão foi uma técnica muito utilizada no início da colonização, seja ela de origem africana ou indígena. A simplicidade da prática e a disponibilidade de matéria-prima próxima ou in situ contribuíram para essa disseminação ao longo do tempo em que os escravizados africanos penetraram nos sertões das terras indígenas, dialogando com sua cultura e práticas construtivas. Dessa forma, acredita-se que a intensa troca de conhecimentos entre as diversas culturas indígenas e afrodescendentes contribuiu para que a particularidade de cada uma delas se tornasse quase imperceptível nas construções de tradição colonial com terra no território nacional. No entanto, na pesquisa, durante a análise morfológica de casas com essas características na Chapada Diamantina, foi possível encontrar evidências de suas contribuições nas paredes internas construídas com taipa de mão. Com um entramado de varas engastados na estrutura autônoma que continha uma mistura de barro, água e fibras vegetais, provavelmente amassadas pelos construtores em ambos os lados da parede, essas estruturas com tramado de varas feitas para receber uma vedação de taipa é um indício de construção em terra produzida “à maneira africana”. (Weimer 2014b, 231). Mas, por outro lado, foi possível notar também que este tramado não seguiu o padrão tradicional da região nordeste, com esteios de

---

“baraúna e varas amarradas em coró cru” (Mendonça 2005, 86–91), técnica que, provavelmente, tem também origem africana. De fato, percebeu-se que a trama foi confeccionada com bambu, cipó ou corda de fibras naturais, ao melhor estilo indígena (Portocarrero 2020, 41-50; Costa e Malhano 1986, 42; Delarore 1983). A visualização dessa confluência de saberes corroborara para a hipótese de que tais bens guardam, em sua materialidade, evidências de heranças de práticas e saberes africanos e indígenas, mas que ao atuarem em sintonia deram vida a algo novo, o que possibilitou a construção dessas moradas, a partir de técnicas construtivas próprias.

Segundo o *Centro de investigações sobre arquitetura da terra* (CRATerre), tais práticas arquitetônicas podem ser definidas como técnicas construtivas mistas, as quais são caracterizadas por serem elaboradas com estrutura baseada em materiais naturais, como madeiras e varas, e coberta e/ou preenchida com a terra (CRATerre 1992, 144).<sup>17</sup> Por isso ela é caracterizada como uma prática especializada, imaterial e artesanal, já que é tradicionalmente feita com base natural e sem processamento, dependendo, exclusivamente, do conhecimento particularizado de seus agentes.

O reconhecimento desse decisivo papel de trabalhadores africanos e indígenas na arquitetura civil de tradição colonial no Brasil, muitas vezes sob a condição de escravizados, ainda é um desafio. Isso se dá devido à preeminência de uma perspectiva histórica tradicional e eurocêntrica, que tem como base o olhar dos colonizadores, principais alcos desses indivíduos nessa empresa. Tal leitura pautada em um juízo de valor de tons racistas, reduziram tais sujeitos a coadjuvantes de uma narrativa oficial da formação do Brasil que, ainda, continua segregar, separar e julgar (Kilomba 2019, 224). Desta forma, tal hierarquização não só de grupos e culturas, mas também de histórias, flertou com a ilusão de uma “História Única” (Adichie 2019), o que criou estereótipos e incompletudes. Para atribuir protagonismo a esses sujeitos marginalizados buscou-se inverter tal lente narrativa e dialogar com a proposta de que “as muitas histórias importam”, pois se foram “usadas para espóliar e caluniar, também servem para empoderar e humanizar” (Adichie 2019, 32). Para tanto tornou-se necessário, operar a “descolonização do pensamento” (Ribeiro 2017, 14), já que tal narrativa excludente está vulgarizada no inconsciente coletivo e no conceito de “humanidade esclarecida da sociedade” (Krenak 2020, 23), ou seja, aquela que está de acordo com os valores europeus/ocidentais.

---

<sup>17</sup> “No âmbito de pesquisas e ensino, o Grupo *CRATerre*, constituído em 1979, direcionado à investigação em construções com terra e ligados à Escola de Arquitectura de Grenoble, na França, obteve dimensão institucional em 1986 com o reconhecimento do próprio Estado Francês. Atualmente é a mais forte referência internacional no assunto, promovendo o ensino, pesquisas e ações nos âmbitos de tecnologia construtiva e preservação do patrimônio edificado utilizando a terra, além de prestar ampla divulgação de conhecimentos, inspirando e apoiando diversas organizações mundiais” (Vieira 2017, 147).

---

Assim, na investigação procurou-se um contraponto a esse tipo de leitura simplista, apontando-se para a análise histórica da arquitetura a partir de um viés decolonial, no sentido de estabelecer uma crítica à narrativa única preponderante, construída sob o ponto de vista europeu/ocidental e “criada por um determinado sistema que impôs uma forma de pensar, uma forma de viver, um único caminho possível de ser seguido” (Mignolo 2017, 2).

Além disso, tal iniciativa teve que ser pensada, também, a partir de um prisma interdisciplinar, que abarcou o diálogo da História com outras áreas do conhecimento, como: Arqueologia, Arquitetura e Antropologia, baseada na investigação da cultura material, mas entendendo-a como produto e parte indissociável das práticas imateriais. Com isso, foi adotada a análise crítica acerca da morfologia das casas diamantinas, ou seja, buscou-se estudar tal cultura material como documento histórico, estabelecendo-se o diálogo com os estudos dos *material culturalists* e os historiadores sociais norte-americanos e ingleses. Para esse grupo, a vida material não é unicamente “o palco onde se movem os atores da história”, mas é o suporte que abarca a própria história, da qual “o homem, é o verdadeiro objeto de sua pesquisa” (Buccaille e Peséz 1989, 44). Nessa perspectiva, de acordo com Susan Pearce (1989, 2) a cultura material são os “[...] artifacts built by human beings through a combination of raw materials and technology”.

De acordo com tal perspectiva, é importante frisar que a cultura material foi utilizada na pesquisa sem nenhuma tentativa de objetificação dos fatos, pois para ser estudada foi pensada dentro de seu contexto de desenvolvimento. Além disso, buscou-se confrontá-la com outros documentos históricos de suportes variados (sobretudo aos textos), entendendo que sem esse cruzamento a análise dos bens forneceria apenas informações isoladas. Respeitando tais regras, a cultura material foi tomada como uma relevante fonte histórica, capaz de guardar e nos revelar especificidades variadas, inclusive aquelas que vão além de suas características tridimensionais, como por exemplo, saberes e modos de fazer de sujeitos históricos pouco visibilizados em outros tipos de fontes.

Conforme tais pressupostos, se abordou a arquitetura civil das casas e sobrados da cidade de Lençóis da segunda metade do século XIX e notou-se que foram construídos com diferentes técnicas, como adobe ou pedra, mas que mantiveram, também, estruturas independentes de madeira com vedação em taipa de mão. O mesmo pode-se dizer da arquitetura civil de Mucugê, onde notou-se um acervo arquitetônico urbano constituído por várias casas de “tradição colonial”, algumas de uso exclusivamente residencial que apresentaram uma mistura de técnicas construtivas, dentre elas adobe, pedra e taipa de mão. Já na cidade de Rio de Contas, notamos exemplares da arquitetura colonial dos séculos XVIII e XIX, com um padrão das construções semelhante ao do

---

litoral baiano, com sua arquitetura civil feita de adobe, mas com alguns bens revelando, também, a técnica de taipa de mão.

A maioria das análises técnicas e oficiais feitas sobre tal patrimônio cultural reconhece que, quando tais bens foram erguidos, boa parte da população dessa região era composta por trabalhadores escravizados de origem ou herança africana ou ex-escravizados libertos. No entanto, como já vimos, de forma contraditória, o que não mencionam é que tais práticas ou técnicas construtivas empregadas em sua arquitetura, principalmente a taipa de mão, trazem indícios da herança da especialidade desse grupo em diálogo com práticas vernaculares locais indígenas, que, por sua vez, também foram utilizados em trabalhos compulsórios. Nessas leituras a visão a respeito ao trabalho escravizado, é de distância do trabalho especializado:

A descoberta de diamantes gerou o surgimento gradativo de povoações garimpeiras [...] muitos dos quais ex-escravos [...] havia ali a presença de muitos proprietários de escravos, que costumavam distribuí-los em pequenos grupos, por vários estabelecimentos agrários, empregando-os na policultura agrícola, na pecuária extensiva, na mineração, nos serviços domésticos e, com raridade, em funções especializadas, como as de carpinteiro, pedreiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate [...] (Lins e Santana 2017, 123 e 67)

Além disso, a cultura da Chapada é entendida a partir da tradicional chave explicativa da miscigenação, com as especificidades de tais práticas perdendo-se dentro de um discurso de hibridização homogênea (Lins e Santana 2017, 83). Assim, notou-se que o estigma do silenciamento da contribuição africana e indígena, também se refletia naquilo que estaria na dimensão do imaterial, mesmo quando a proposta a ser estudada era os saberes e fazeres dos mestres. Por isso na pesquisa, se viu necessário ir além das análises que separavam as características tangíveis das intangíveis dos bens culturais, buscando, ao contrário, enxergar os saberes impregnados nesses bens a partir de uma ligação entre o patrimônio material e imaterial, rompendo, assim, com a dicotomia tão propagada nas áreas que se dedicam ao estudo do patrimônio cultural (Fonseca 2009, 69).

Para alcançar essa dimensão do patrimônio imaterial a partir do estudo da cultura ou do patrimônio material, insistiu-se numa chave de leitura interdisciplinar, partindo de um diálogo dos conceitos e métodos da História com outros saberes, principalmente, nesse caso com a Arquitetura.

Nessa operação dialógica, chegou-se à conclusão de que tais bens foram produtos de uma prática arquitetônica vernácula, ou seja, foram:

[...] a um só tempo, causa e consequência de modos de produção do espaço e reprodução social, com profunda interdependência ou total indissociabilidade [desses modos fazer] [...] o que faz com que sejam menos compreendidas como produto e mais como processo (Tofani e Brusadin 2019, 3, grifo nosso).

Assim, como parte dessa arquitetura vernácula da região, tais construções podem ser relacionadas à utilização de materiais locais e ao uso especializado de saberes e práticas, passados

---

de geração a geração. Ao estabelecer esse diálogo, reconheceu-se que o conhecimento sobre a arquitetura vernácula pode funcionar no auxílio de uma metodologia de análise histórica que ajude na investigação das dimensões materiais e imateriais de tais bens, entendendo que as edificações de “tradição colonial” desse espaço do sertão baiano foram estruturadas pela materialidade produzida como, também, pela sociedade que a concebeu, com seus modos de fazer, ou seja, a partir da imaterialidade (Rezende 2018). Aprender essa associação entre dimensões material e imaterial ajudou compreender melhor tais bens e a sociedade que os criou, podendo concluir que a origem e significado das soluções construtivas das edificações estavam também nas pessoas e em suas culturas (Rezende 2018).

Conforme a perspectiva metodológica da História, o patrimônio imaterial, ou seja, os saberes ou modos de fazer, por serem produtos de experiências culturais, estariam no campo do “não dito” ou do “não visível” (Certeau 2000; Ferro 1980), portanto, permaneceram intrínsecos, quase imperceptíveis à cultura material arquitetônica. Dessa forma, para ter acesso as evidências de tais práticas, foi necessária uma análise crítica da sociedade ao longo do tempo e espaço em que os bens foram construídos. Para isso, realizou-se um cruzamento de fontes históricas materiais com as de outros suportes, prática indispensável para se estudar recortes historiográficos caracterizados pela presença de informações majoritariamente produzidas por um grupo social, como ocorre com a documentação referente à sociedade escravocrata brasileira, majoritariamente produzida por grupos sociais formados por brancos latifundiários.

Dessa forma, após a visita técnica imersiva às construções, buscou-se recuperar a história de tais interlocutores/trabalhadores/construtores da época e espaço em que as mesmas foram construídas, o que se deu através da historiografia produzida sobre o tema e pela análise histórica da documentação escrita.<sup>18</sup> A partir de tal exame crítico encontrou-se evidências que tais bens pertenceram aos enriquecidos com a extração mineradora.<sup>19</sup> Da mesma forma notou-se que esse grupo mantinha entre seus “bens” escravizados negros e mestiços de origem ou herança africana e ou indígena, alguns especializados em “barrear”, termo utilizado para designar a prática em

---

<sup>18</sup> Conferir a Bibliografia composta por estudos historiográficos sobre o tema citada na nota número 7 deste artigo.

<sup>19</sup> Conferir a Escritura de Compra e Venda do Major Antônio Lopes da Silva que teve Andrade e Silva como comprador e os negociantes Souza e Azevedo a “[...] huma morada de casa cita nesta cidade coberta com telha de barro, com nove portas de frente que deita para a praça do mercado, seis portas e cinco janelas na frente que deita para a praça da ponte, com fundo para a rua das pedras. [...] pelo preço e quantia de 18:000\$000 (dezoito contos de reis). Lençóis 09-05-1871”. Arquivo do Fórum de Lençóis. *Tabelionato de notas*. Escritura de Compra e Venda do Major Antônio Lopes da Silva. Livro de notas nº 5, p.264. Destaca-se, também, o inventário do comendador Antônio Botelho de Andrade, no qual a avaliação de um imóvel semelhante é descrita em tal documento. Arquivo Público do Estado da Bahia. Judiciário. *Série Inventário*/Inventário do Comendador Antônio Botelho. Localização. Est.03/ Cx. 1049/Maço 1518/ Doc. 05. 1871.

---

construções com terra.<sup>20</sup> Tais informações só confirmaram uma proposição já esperada: que, naquela sociedade, a mão de obra era composta, principalmente, por trabalhadores escravizados de origem africana e/ou mestiça, muitos com conhecimentos especializados, o que se estendia, também para o canteiro de obras e às construções com terra.

Da melhor maneira historiográfica, ao cruzar criticamente essas informações presentes nas fontes históricas de suportes variados, pode-se sustentar a tese de que as especificidades técnicas encontradas em tais moradias estão relacionadas às questões sociais da época em que foram construídas, ou seja, de um ambiente que dependia dessa mão de obra escravizada de origem africana, indígena ou mestiça.<sup>21</sup> Interpretação que contribuiu para romper com a narrativa que se concentrava na imagem dos escravizados africanos e dos povos originários como sujeitos históricos sem conhecimentos especializados e que só se valiam da força muscular sob a ordem do branco europeu.<sup>22</sup>

Dessa forma, ficou ainda mais evidente que este quadro explicativo é reducionista, uma vez que se fundamenta no pressuposto de que a originalidade da cultura negra e indígena só poderia ser expressa através da hibridação com a “genialidade” europeia. Argumento que se adequa perfeitamente ao discurso colonialista e eurocêntrico recorrente, que se baseia no pressuposto de que o modo de fazer europeu, enquanto suposta fonte de inovação e inteligibilidade, foi o que conduziu a prática cultural escravizada nas edificações coloniais. No entanto, tais afirmações são infundadas do ponto de vista da nova historiografia, uma vez que é difícil conceber que, em uma sociedade escravagista como a brasileira, onde “havia escravos para tudo” (Costa 1962, 174-175), esse tipo de mão de obra não atuasse na construção civil com terras, especialmente em um momento em que, como demonstra a documentação, esse tipo de trabalho era utilizado em grande escala na região estudada.

Enfim, o agenciamento desses trabalhadores nos canteiros de obras, bem como suas heranças, na maioria das vezes oriundas das culturas especializadas africana e indígena, ainda é pautado por narrativas que ignoram não somente tais modos de fazer, mas também, o fato de que

---

<sup>20</sup> Destaca-se tal informação no inventário de Francisco Xavier Rodrigues de Oliveira. Arquivo Público do Estado da Bahia. *Judiciário. Sério Inventário*. Inventário de Francisco Xavier Rodrigues de Oliveira. Localização Est..03/Cx.1013/Maço1482/ Doc.10. 1870/76.

<sup>21</sup> Nesse caso é digna de nota a narrativa colonialista de que mão de obra indígena foi substituída pela africana no século XVI em diante, em virtude de uma série de questões, inclusive pelo fato dos povos originários não serem aptos ao trabalho. Em sua obra *Negros da terra*, Jhon Monteiro (1994) apresenta fortes indícios de que o trabalho escravizado indígena se perpetuou por todo processo de colonização, não ficando restrito ao primeiro século de ocupação.

<sup>22</sup> Nesse caso, pode-se citar os trabalhos do próprio Lucio Costa, que enquanto Diretor da Divisão de Estudos de Tombamentos do então SPHAN buscou consagrar o legado português encontrado na arquitetura colonial brasileira (Costa 1962, 169). A esse respeito conferir Jesus 2020, 6-12.

o Brasil foi criado pelas trocas culturais desses grupos étnicos, vítimas do processo de desterritorialização que ocorreu na modernidade. Tal violência, ao mesmo tempo em que uniu esses grupos em um processo exploratório semelhante, colaborou para integrar suas culturas, práticas e fazeres, o que resultou na criação de novos modos de fazer afro-indígenas, entre os quais a técnica da taipa de mão da Chapada da Diamantina é um dos arquétipos.

### **Considerações finais**

Ao longo desse texto, apresentamos alguns resultados de uma pesquisa institucional sobre a herança dos modos de fazer na arquitetura com terra de tradição colonial na Chapada Diamantina, na Bahia, principalmente no século XIX. O recorte temporal refere-se à época em que tais moradas foram construídas para camadas da sociedade que se beneficiaram da extração de minérios na região. A análise teve como base uma abordagem teórico-metodológica interdisciplinar que envolveu a interação da História com diversas disciplinas, o que permitiu compreender parte das moradas do sertão baiano daquela época como produto de uma prática arquitetônica vernácula que, por isso, guardou evidências de saberes da sociedade que as construiu, permitindo assim a ligação entre o patrimônio material e o imaterial.

Com base em tais pressupostos se realizou uma pesquisa de campo na região, visando estudar construções civis de tradição colonial como documentos históricos da cultura material. Posteriormente, foi feita uma análise crítica da sociedade da época por meio da análise da documentação histórica escrita e da historiografia produzida sobre o tema. Essa iniciativa prática teve como objetivo recuperar a história regional dos trabalhadores nos canteiros de obras por meio de indícios de técnicas construtivas. Após tal análise chegou-se à conclusão de que uma grande parte das casas se beneficiou de um tipo específico de construção com terra, a chamada taipa de mão.

De acordo com investigações desenvolvidas anteriormente e análises de historiadores da arquitetura sabia-se que tal conhecimento construtivo especializado foi trazido por meio da diáspora africana para a América, advinda do tráfico de escravizados entre os séculos XVI e XIX. Mas, com a pesquisa, notou-se, também, que na Chapada Diamantina, tal prática se articulou com os modos de fazer indígenas que, semelhantemente aos africanos, utilizavam as soluções em terra em sua arquitetura.

Com a análise crítica da documentação histórica escrita, constatou-se que, na época das construções de tais casas na região da Chapada, a mão de obra era predominantemente composta por escravizados de origem ou herança africana e por mestiços, provavelmente com algum tipo de

ligação com os povos originários daquela região. Isso nos forneceu fortes evidências de que esses indivíduos foram os responsáveis pela construção de tais moradias, aplicando seus conhecimentos técnicos especializados em tais bens culturais. Situação que foi corroborada pela análise crítica de outra fonte histórica, a cultura material, ou seja, os bens arquitetônicos. A averiguação feita por meio de pesquisa de campo nos mostrou que, às técnicas africanas, foram aplicadas outras soluções próprias das construções vernaculares indígenas, como a amarração dos esteios com cipós e a disposição quadrante das moradas.

Essas descobertas nos permitiram denominar tais casas como depositárias de técnicas afro-indígenas, no sentido de unir os saberes dessas duas culturas sem perder as especificidades de cada uma delas, criando algo novo a partir dessa relação sincrética. Conforme os pressupostos da linha epistemológica da História Atlântica, essa dialogia se consubstanciou no sertão baiano graças ao que definimos na pesquisa de “interiorização atlântica”, movimento que permitiu levar para o interior os conhecimentos de um mundo atlântico afro-brasileiro que, no sertão, se fundiu com os dos povos dali originários. A preferência colonizadora pelo litoral e pelo trabalho escravizado fez com que tal influência branca europeia chegasse com menos força e mais tardiamente no sertão, dando maiores liberdades e possibilidades para que a circulação cultural no mundo do trabalho ocorresse, predominantemente, entre modos de fazer africanos e indígenas.

Nesse sentido se acredita que a pesquisa trouxe uma contribuição para a história da arquitetura de tradição colonial e para história social do Brasil, já que o agenciamento de africanos e indígenas na construção de tais bens é, ainda, ignorada em boa parte desses estudos em virtude de uma leitura colonialista eurocentrada realizada tanto por alguns especialistas, quanto por meio de políticas públicas voltadas para preservação do patrimônio cultural. Na maioria das vezes quando os negros ou indígenas são lembrados nesta complexa narrativa de formação cultural e social do Brasil, ainda aparecem como meros executores das ordenanças e práticas colonizadoras europeias, situação que relegou muitas memórias e histórias ao esquecimento devido assimilações e/ou destruições de práticas, experiências e bens culturais que hoje não existem mais ou foram ressignificados por uma chave de leitura eurocêntrica branca e/ou miscigenada. Além disso, a inclusão do conhecimento especializado indígena no mundo do trabalho pós-colonial brasileiro representa uma ruptura com a narrativa historiográfica tradicional que, por longo período, restringiu o estudo desses sujeitos e de sua cultura a um período e contexto histórico específicos, ou seja, ao da América portuguesa. Nesse caso, a pesquisa revelou, ao contrário, que os indígenas foram agentes ativos, assim como a sua cultura e o seu conhecimento especializado, ao longo de toda a história do país, o que, inclusive, contribuiu para a criação de práticas e modos de fazer

---

novos e específicos, como a taipa de mão erguida no sertão baiano a partir da década de 40 do século XIX.

Concorre também para tal entendimento a leitura tradicional do patrimônio cultural que foca nas características eminentemente estéticas da arquitetura de pedra e cal, separando, de uma forma artificial, a cultura material de seus modos de fazer e, conseqüentemente, dos saberes empregados em tais bens. Essa problemática dicotomia estabelecida entre patrimônio cultural material e imaterial ajudou a relegar ao esquecimento não só os fazeres do passado, mas também os sujeitos históricos detentores de saberes.

Ao se contrapor a tal leitura, valorizando a indissociabilidade entre bens e modos de fazer, procurou-se reconhecer o papel social do patrimônio cultural, buscando, assim, dar voz aos sujeitos históricos que continuam calados por leituras excludentes do passado. Nesse sentido, pode-se dizer que o objetivo da pesquisa foi não somente investigar o protagonismo de negros e indígenas nos modos de fazer de tradição colonial na Chapada da Diamantina, mas também recuperar a memória da relação dialógica afro-indígena obscurecida em um ambiente de violência e exclusão, mas que mesmo assim ajudou a criar o que veio a ser o Brasil para além de seu litoral.

### Referências Bibliográficas

- Adichie, Chimmanda Ngozi. *O perigo de uma História única*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- Almeida, Kátia Lorena Novais. “Alforrias em Rio de Contas – Bahia, século XIX”. Dissertação de Mestrado. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2006.
- Alpers, Edward. “Defining the African Diaspora”. Paper presented to the Center for Comparative Social Analysis Workshop. University of California, Los Angeles, 25 de outubro de 2001.
- Arquivo do Fórum de Lençóis. *Tabelionato de notas*. Escritura de Compra e Venda do Major Antônio Lopes da Silva. Livro de notas nº 5, 264.
- Arquivo Público do Estado da Bahia. Judiciário. *Série Inventário*. Inventário do Comendador Antônio Botelho. Localização. Est.03/ Cx. 1049/Maço 1518/ Doc. 05. 1871.
- Arquivo Público do Estado da Bahia. Judiciário. *Série Inventário*. Inventário de Francisco Xavier Rodrigues de Oliveira. Localização Est.03/Cx.1013/ Maço1482/ Doc.10. 1870/76.
- Armitage, David. “Três conceitos de História Atlântica”. *História Unisinos*, 18, n. 2 (2014): 206-217.
- Azevedo, Paulo Ormino. “Introdução”. Em *O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*, Bahia. 1980. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/documentacao-e-memoria/ipac-sic/>. Acesso em 07 de outubro de 2024.
- Bailyn, Bernard. *Atlantic History: concept e contours*. Massachusetts: Harvard University Press, 2005.
- Branco, Bernardo Castello. “Arquitetura indígena brasileira: da descoberta aos dias atuais”. *Revista de Arqueologia*, 7, (1993): 69-85.
-

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 07 de outubro de 2024.

Brasil. *Decreto nº 3.551, de 2 de outubro de 2000*. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 07 de outubro de 2024.

Brasil. *Programa Monumenta Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

Bucaille, Richard, e Pesez, Jean - Marie. “Cultura Material”. Em vol. 16, *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: IN/CM, 1989. 11-47.

Canteiro, Fabio, e Pisani, Maria Augusta Justi. “Taipa de Mão: História e Contemporaneidade”. Em *Seminário de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil*, ed. Celia Neves. Ouro Preto, Brasil, 2006.

Cardim, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925.

Carvalho, Igor Arnóbio Pinheiro de. *Habitação na comunidade indígena Darôra: Mudanças no processo construtivo, formas de morar e uso dos recursos naturais*. Boa Vista. Universidade Federal de Roraima, 2020.

Certeau, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

Colin, Sílvio. *Técnicas construtivas do período colonial* (I - Vedações e Divisórias; II - Coberturas e forros; III - Esquadrias; IV - Pisos e pavimentos, Pinturas, Alicerces); e Tipos e padrões da arquitetura civil colonial, 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2011/02/28/tipos-e-padroes-da-arquitectura-civil-colonial-i/>. Acesso em 07 de outubro de 2024.

Costa, Lucio. *Lúcio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre: UFRGS, 1962.

Costa, Maria Heloísa Fénelon e Hamilton Botelho Malhano. “Habitação indígena brasileira”. Em *Suma etnológica brasileira: 2 – Tecnologia indígena*, org. Berta Ribeiro, 27-94. São Paulo: Vozes, 1986.

Centre International de la Construction en Terre (CRATerre). “A construção e a arquitetura de terra”. Em *Arquitecturas de Terra – triunfos e potencialidades, materiais e tecnologia, lógica do restauro, actualidades e futuro*, CRATerre. Coimbra: Comissão de coordenação da região, Centro Alliance Française, 1992.

Delarole, Renato. “A casa tupi-assurini: significado e construção”. *Projeto - Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho Industrial e Construção*, n. 57 (1983): 17-30.

Dias, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

Ferro, Marc. “O filme: uma contra-análise da sociedade?”. Em *História – novos objetos*, org. Jacques Le Goff e Pierre Nora, trad. Henrique Mesquita, 199-215. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Fonseca, Maria Cecília L. “Para Além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. Em *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*, Regina Abreu e Mário Chagas, 56-76. São Paulo: Ed DP&A, 2003.

Furtado, Júnia Ferreira. *Homens de Negócios: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006.

Games, Alison. “Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities”. *The American Historical Review*, June 2006: 741-757.

---

- Goldman, Marcio. “A relação afro-indígena”. *Cadernos de Campo*, 23, (2014): 213-222.
- Holloway, Joseph, ed. *Africanisms in American Culture*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (IPHAN). “Mestres artífices- Bahia”. *Cadernos de Memória*. Brasília: Imprensa Oficial, 2017.
- Ivo, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa*. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.
- Jesus, Carlos Gustavo Nóbrega de. “Entre escravos e taipas: o modo de fazer africano na arquitetura paulista”. *Revista História*, 39, 2020: 1-34.
- Jesus, Carlos Gustavo Nóbrega de. “Modernismo e decolonialismo nas políticas oficiais de preservação do patrimônio cultural brasileiro: narrativas de exclusão e as evidências de contribuições da cultura africana na arquitetura de tradição colonial em São Paulo (séculos XVIII-XIX)”. *Dialogos*, 27, n. 2 (2023): 147-172.
- Kilomba, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Cobogó, 2019.
- Kincheloe, Joe L. “Redefinindo e Interpretando o Objeto de Estudo”. Em *Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem*, org. Joe L. Kincheloe, e Kathlenn S. Berry, trad. Roberto Cataldo Costa. 101-122. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- Kranak, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia das letras, 2019.
- Lara, Sílvia Hunold. “Blowin’ in the Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto História*, n. 12 (1995): 43-56.
- Lévi-Strauss, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Nacional, 1976.
- Mann, Kristin. *Slavery and the Birth of an African City. Lagos, 1760-1900*. Bloomington: Indiana University Press, 2007.
- Martins, Romulo de Oliveira. “Vinha na Fé de Trabalhar em Diamantes. Escravos e Libertos em Lençóis, Chapada Diamantina – BA (1840-1888)”. Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2013.
- Mello, Cecília Campello do Amaral. “Devir-afroindígena: ‘então vamos fazer o que a gente é’”. *Cadernos de Campo*, n. 23 (2014): 223-239.
- Mello, Cecília Campello do Amaral. “Obras de arte e conceitos: cultura e antropologia do ponto de vista de um grupo afro-indígena do sul da Bahia”. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- Mignolo, Walter D. “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 94, n. 32 (2017): 1 – 18.
- Mintz, Sidney, e Price, Richard. *O nascimento da cultura Afro-Americana. Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas-Universidade/Cândido Mendes, 2003.
- Monteiro, Jhon. *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- Neves, Erivaldo Fagundes, org. *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcadia, 2007.
-

Nogueira, Gabriela Amorim. “Viver por si, viver pelos seus’: famílias e comunidade de escravos e forros no ‘Certam de Sima do Sam Francisco’ (1730 – 1790)”. Dissertação de Mestrado, Santo Antônio de Jesus, Universidade Estadual da Bahia, 2011.

Olender, Monica Cristina Henriques Leite. “A técnica do pau-a-pique: subsídios para a sua preservação”. Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2006.

Oliveira, Mário Mendonça de. “O uso da terra na construção da antiga capital da América Portuguesa: uma memória”. Em *Arquitetura de terra em Portugal*, org. Maria Fernandes, e Mariana Correia, 86-91. Lisboa: Argumentum, 2005.

Paes, Jurema Mascarenhas. “Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no alto sertão baiano”. Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2001.

Patterson, Orlando. “Rethinking Black History”. *Harvard Educational Review*. 3, 41(1971): 297-315.

Pearce, Susan. “Museum studies in material culture: introduction”. Em *Museum studies in material culture*, org. Susan Pearce, 15-32. London: Leicester University Press, 1989.

Pereira, Vanessa Maria, e Amaral, Fellipe Decrescenzo Andrade. “A patrimonialização dos sítios urbanos da Chapada Diamantina: as abordagens patrimoniais entre os séculos XX e XX”. Em *Olhares contemporâneos sobre arquitetura vernácula/popular*, org. Marcia Sant'anna e Marco Antônio Penido de Rezende, 243-266. Salvador/Belo Horizonte: EDUFBA/Editora UFMG, 2022.

Pina, Maria Cristina Dantas Pina. “Santa Isabel do Paraguassú: Cidade, Garimpo e Escravidão nas Lavras Diamantinas, século XIX”. Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal Bahia, 2000.

Portocarrero, José Afonso Botura. “Arquitetura e culturas indígenas no Brasil: tecnologias apropriadas”. Em *Tecnóindia: arquitetura, antropologia e tecnologias indígenas em Mato Grosso*. org. Maria Fátima Roberto Machado, José Afonso Botura Portocarrero e Dorcas Florentino de Araújo, 41-50. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2020.

Rezende, Marco Antônio Penido. “Arquitetura e construção com terra vernácula no Brasil”. VIII Congresso de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil “Habitar a Terra”, Florianópolis, Santa Catarina, 2022.

Rezende, Marco Antônio Penido et al. “Vernacular change in Brazil southeast region”. Em *Vernacular and Earthen Architecture*, org. Camilla Mileto, Fernando Vegas López-Manzanares, Lidia García-Soriano, Valentina Cristini, 323-338. Londres: Taylor and Francis Group, 2018.

Rezende, Marco Antonio Penido, e Lopes, Wilza Gomes Reis. “Patrimônio vernáculo no Brasil”. Em *Arquitetura de Tierra en América Latina*, org. Mariana Correia, 239-252. Lisboa: Argumentum Edições, 2016.

Ribeiro, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

Santana, Napoliana Pereira. “Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 – 1880)”. Dissertação de Mestrado, Santo Antônio de Jesus, Universidade Estadual da Bahia, 2012.

Schwartz, Stuart B. “Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas”. *Afro-Ásia*, 30, n. 29 (2003): 13-40.

Silva, Eduardo. *Dom Obá II d'Africa, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

---

Silva, Glaybson Guedes Barbosa da. “Homens com Sonhos de Riquezas Inexauríveis: Virilidade, Ambição e Violência nas Minas de Diamantes de Lençóis (1850-1870)”. Dissertação de Mestrado, Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

Tofani, Frederico de Paula, e Brusadin, Leandro Benedini. “A Arquitetura Vernácula enquanto Patrimônio Cultural: Contribuições para sua Preservação e Uso Sustentável”. 2º Seminário Arquitetura Vernácula, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2019.

Vasconcelos, Albertina Lima. *As Vilas do Ouro: sociedade e trabalho na economia escravista mineradora (Bahia, Século XVIII)*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2015.

Vieira, Carolina Nascimento. “Habitus e Habitação: A Precarização Ideológica da Taipa de Sebe no Brasil”. Tese de Doutorado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2017.

Waissmann, Marina. *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. Tradução de Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Weimer, Günter. *Evolução da Arquitetura Indígena*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 13 maio 2014a. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/artigos.html>. Acesso em 07 de outubro de 2024.

Weimer, Günter. *Inter-Relações afro-brasileiras na arquitetura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014b.

\*\*\*

Recebido: 07 de outubro de 2024

Aprovado: 15 de dezembro de 2024